

O poder da educação e a Lei de Cotas

» ISABEL SOBRAL
Jornalista e consultora em comunicação

Quando, no último 15 de março, o arquiteto Diébédo Francis Kéré, nascido em Burkina Faso, foi anunciado como vencedor do Prêmio Pritzker de 2022, veio a público a história do primeiro negro a receber a famosa premiação, tida como Nobel da arquitetura. Kéré foi reconhecido por seu talento em criar uma arquitetura sustentável. Em seu país natal, por exemplo, assina diversas construções que usam material local como argila, laterita, granito e madeira que são resistentes às condições climáticas, como o calor extremo, e integradas ao cenário africano.

A trajetória de superações de Kéré — desde quando deixou o convívio familiar aos sete anos para estudar longe do pequeno vilarejo em que nasceu até se mudar para Berlim, na Alemanha, como bolsista para capacitar-se em carpintaria e, mais tarde, em arquitetura — ilustra o óbvio: seu talento nunca seria descoberto sem força de vontade e acesso à educação, que transformou a vida dele, da família e da comunidade à volta.

Esse exemplo faz-nos refletir sobre o Brasil, onde o acesso à educação completa é mais limitado entre a população negra. É um legado da escravidão e da libertação descaçada de uma política de inclusão dos ex-escravizados. Alternativas para diminuir essa falha existem, mas elas sempre geram longos e polêmicos debates. Uma está na mesa: a Lei 12.711/2012 — conhecida como Lei das Cotas — que em agosto completará 10 anos e corre o risco de ser encerrada.

A Lei das Cotas determina que universidades e institutos federais reservem metade de suas vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro dessa porcentagem, que vagas sejam reservadas por critérios raciais (pretos, pardos e indígenas). Um artigo dela prevê que, ao completar 10 anos, teria que ser feita uma revisão do programa de inclusão racial nas instituições superiores. Pelos resultados, seria possível ter evidências sobre o programa e mais clareza sobre o que fazer nos próximos anos.

A discussão atual é se a lei será ou não prorrogada. A meu ver, falta empenho quanto a compromisso com coleta de dados, realização de análises e projeções. É impossível avaliar adequadamente uma política pública, sem evidências. Há a percepção de que

avançamos nos últimos 10 anos, graças a essa lei e a outras ações afirmativas, segundo as instituições superiores de ensino. Um dos estudos mais recentes, de 2014, mostra que a população preta, parda e indígena conseguiu 30,9% das vagas nos institutos federais e 22,4%, nas universidades.

Em 26 de fevereiro de 2022, a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem com acadêmicos, artistas e políticos que antes haviam se posicionado contra a política de cotas raciais no ensino superior. Dos procurados pela reportagem, 11 afirmaram ter mudado de opinião e hoje se definem favoráveis à política. O que mudou na avaliação deles? De acordo com o jornal, a maioria disse que mudou por ter identificado “um processo de aprendizado para além da teoria, amparado tanto no aumento da produção de dados sobre o marcador racial das desigualdades brasileiras quanto na produção científica sobre os resultados da política de cotas nas universidades”. O acesso à educação fez diferença. Mas quanto? De que forma isso se refletiu na vida dessas pessoas e da sociedade em geral? É importante pesquisarmos para descobrir.

Para muitos estudiosos, em ano eleitoral, é bem provável que a Lei das Cotas será prorrogada já que políticos tenderão a evitar polêmicas pondo-se contra tema social tão forte. “Se assim é, a pergunta não é se a lei está ameaçada, mas qual lei será aprovada”, escreve Marta Arretche, professora de ciência política da Universidade de São Paulo (USP). Há cerca de 30 propostas legislativas na Câmara dos Deputados que tratam do assunto, segundo o Observatório do Legislativo Brasileiro e o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Gema) do Iesp-Uerj.

O projeto de lei mais adiantado na tramitação, e que guarda maior coerência, é o PL 3.422/21. Ele prorroga o prazo para a revisão da Lei de Cotas por 50 anos e regula a criação do Conselho Nacional das Ações Afirmativas no Ensino Superior. O programa de cotas, assim, continuaria a existir nesse período, e o Conselho produziria, periodicamente, relatórios com base em evidências sobre os resultados. Não se trata de perpetuar uma ação afirmativa, mas de dar mais tempo para a reparação do passado, permitindo o surgimento de talentos capazes de influenciar a sociedade, inspirados no exemplo do arquiteto africano Kéré.



Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Feijão e dólar

Anúncio vindo do setor agrícola dá conta que neste ano o Brasil vai colher a maior safra de trigo de toda a sua história. Esse volume histórico, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ficará superior 17,6% em relação ao registrado no ano passado. Como acontecem nesses anúncios ufanistas, a área plantada desse grão aumentou também em relação a 2021 em mais de 6,5%, o que não é pouca coisa, uma vez que nesse tipo de atividade estamos falando em centenas de milhares de hectares de acréscimo.

Para o mercado interno, particularmente para os consumidores, essa seria uma notícia a ser comemorada com festas, uma vez que, num mundo ideal e num país sério, o crescimento na produção de trigo poderia forçar um decréscimo nos preços dos produtos, sobretudo, do pãozinho, das massas e de outros derivados desse importante cereal.

Como sempre foi ressaltado nesse espaço, o agrobusiness, por suas características peculiares e essencialmente mercantilistas, não produz alimentos, produz, sim, lucros fabulosos para aqueles que empreendem nesse negócio internacionalizado. Não é de hoje que os brasileiros ouvem a ladainha anunciando o aumento da produção de grãos e de proteína, sendo que esses alardes aos quatro ventos jamais foram acompanhados de uma diminuição nos preços dos alimentos. Pelo contrário. O que frequentemente ocorre é um ajuste nos preços da cesta básica, majorando arroz, feijão, carne e outros itens necessários para a sobrevivência do brasileiro médio.

No caso em pauta, é preciso lembrar que a guerra que a Rússia, covardemente impôs à Ucrânia — juntos, os dois países são responsáveis por mais de 30% da produção mundial de trigo —, o que favoreceu o plantio por aqui e até fez os preços subirem como foguete. Não surpreende, pois, que com o anúncio do aumento da produção desse grão, que, forçosamente, se fez com o desmatamento de áreas nativas, com a morte de plantas e animais silvestres, veio também a notícia de que a safra recorde de mais de 9 milhões de toneladas chegará com preços majorados, uma vez que a formação de preços desse produto é feita no mercado internacional. O trigo, assim como outros alimentos, é uma commodity, portanto, precificada em dólar.

É esse o grande negócio e a meta principal do agrobusiness: a obtenção de dólares. A alimentação da população por meio de preços justos e acessíveis não entram nessa equação. A simples menção de que há um hiato estelar entre a atividade e a realidade social do país, com mais de 50 milhões de indivíduos vivendo na pobreza e com o país que voltou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), é motivo para brigas e todo tipo de ameaças.

Há o agrobusiness e a realidade do país, e ponto. Mesmo com esse volume de produção de trigo, o Brasil ainda terá que importar o produto, pois consome algo em torno de 12 milhões de toneladas por ano. O que os números superavitários desse setor tentam mostrar, e que a realidade interna insiste em desmentir, obrigando inclusive o governo a distribuir bolsas e outros benefícios assistencialistas para a população não morrer de fome, é que realmente vivemos dois brasis: um que sonha com dólar, e outro que sonha com feijão.

» A frase que foi pronunciada

“Seja qual for a razão, esse tipo de barbárie não pode ser perdoada.”

Yuriko Koike, governadora de Tóquio em coletiva com a imprensa sobre o assassinato do ex-primeiro ministro do Japão Shinzo Abe

Palpite

» Mesmo que a estabilização da velocidade e aceleração ainda possam ser refinadas, o exoesqueleto criado por Matheus Soares Nascimento, do Ceub, tem um aspecto promissor para garantir a mobilidade de membros inferiores de pacientes que sonham em voltar com a marcha humana: tem baixo custo e é de fácil reprodução. Lúcia Willadino Braga, do Sarah, é uma pessoa-chave para uma parceria com possibilidades interessantes.

Pilha de nervos

» Tendo que enfrentar a dureza de um câncer no cérebro na esposa, um perito trabalhista, contratado, esteve na residência para atestar a situação e dispensá-la do labor. A paciente estava alegre com esperanças, mas não movia mais os braços. O perito deu o aval. “Ela está ótima, não há porque parar com as atividades.” O marido respirou fundo e respondeu: “Então, peça a ela que assine o seu cheque”.

CNJ Notícias

» O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Comitê de Pessoas com Deficiência no âmbito judicial para analisar e formular medidas que aperfeiçoem o atendimento do Sistema de Justiça a pessoas com algum grau de dificuldade para enxergar, ouvir ou caminhar ou com deficiência mental ou intelectual. A atuação busca reforçar a condição dessa população enquanto indivíduos sujeitos a direito e garantias, cuja autonomia deve ser preferencialmente preservada e estimulada.

» História de Brasília

O buraco existente na pista do aeroporto já foi consertado, e ontem pousou o Boeing da Varig procedente de Nova Iorque, com destino Rio. (Publicada em 2/3/1962)

Integridade corporativa: uma agenda edificada em cultura

» ALEXANDRE BALTAR
Chief Compliance Officer (CCO) da OEC

O tempo é rei, já dizia o poeta e, agora, imortal Gilberto Gil. Assim como para nós, pessoas físicas, quando deparadas com os mais difíceis desafios e dilemas, recorremos à nossa essência e aos valores consolidados pelas experiências vividas, o mesmo ocorre com as empresas que passam por processos de aprimoramento de seus sistemas de integridade e governança.

Cada passo tem um tempo certo, de acordo com a maturidade do momento, de forma que possa ser percebido, aceito, assimilado e seguido por todos. É com essa premissa que se criam as bases para programas efetivos de integridade, firmados em propósitos legítimos e na cultura que se consolida nas atitudes de cada indivíduo. Integridade corporativa nada mais é que o conjunto resultante da conduta das pessoas que compõem a empresa.

Processos claramente instituídos são importantes como elementos de segurança que permitem prevenir, detectar e remediar situações discordantes dos compromissos assumidos, com base em um arcabouço de governança,

instâncias, controles e responsabilidades bem definidas. A saúde e reputação das companhias são responsabilidade de todos que as integram.

Criar um senso de responsabilidade aguçado, que impulse a empresa e todos os seus integrantes a manterem os mais altos padrões de atuação ética, alinhados com as melhores práticas globais de governança, é um processo de aprendizado e aculturação que exige disciplina e diálogo constante, algo que aprendi na prática, nos últimos cinco anos, desde a criação da Política de Integridade da OEC. Enquanto o comprometimento não pode vacilar, a política e o seu entendimento por pessoa precisam estar em constante evolução.

Não se deve ter um documento de gaveta, mas, sim, uma referência atitudinal vivenciada na prática, diuturnamente e sem margem para retrocessos. Para manter os melhores padrões de governança corporativa, empresas buscam fortalecer seus processos decisórios com incorporação de conselheiros de administração independentes e instâncias de assessoramento e supervisão como comitês de Integridade,

Auditoria, Finanças, Riscos e Ética; adotar um Código de Conduta para integrantes e fornecedores; instituir canais denúncias; e implantar metas de compliance para avaliação de desempenho de executivos e suas equipes, entre outras iniciativas.

A edificação dessa cultura, no entanto, não pode ser apenas intramuros. É preciso juntar forças e seguir ao lado de entidades e instituições que buscam auxiliar no aprimoramento da integridade no mundo empresarial e no setor público.

Para dar o exemplo em casa, além do Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção (Misc), secretariado pela Rede Brasil do Pacto Global e pelo Instituto Ethos, somos parceiros do Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência, do Instituto Ethos, e do Instituto Brasileiro de Auto-regulação no Setor de Infraestrutura (Ibriic). Mas há outras referências, todas imbuídas das mesmas causas, que podem ajudar as empresas a avançarem nessa agenda tão importante para o desenvolvimento e para a sociedade.